

Pensar globalmente, agir localmente

Pelo Parque Nacional Marinho de Santa Cruz – ES

Em Santa Cruz, no município de Aracruz, no Espírito Santo, está localizado um dos mais importantes manguezais – ecossistema associado de Mata Atlântica, da América do Sul, o quinto maior em extensão, atingindo mais de 15 km rio adentro, formado no estuário dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim. E este inestimável patrimônio

capixaba) constitui um conjunto de ecossistemas de altíssima biodiversidade, seja por suas funções como berço de espécies endêmicas – muitas sob ameaça de extinção, como o boto-cinza e tartarugas-marinhas, seja como depósito de alimentos e abrigo para várias espécies de peixes e mamíferos aquáticos, que buscam suas águas a cada

Assuntos do Meio Ambiente – SEAMA para iniciar a construção de sua fábrica, antes mesmo da licença ambiental da parte marítima que foi requerida ao IBAMA.

Para a instalação da fábrica, a Thotham foi contemplada com a doação de um terreno de 50.000 m² de terras indígenas, junto à foz do Rio Piraquê-açu, área que foi posteriormente ocupada pelos índios guarani e tupinikim, como resultado da ampla frente de entidades que se formou para bloquear o projeto, pois a área doada era também parte da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim.

O movimento contrário ao projeto de mineração de algas calcárias de Santa Cruz começou em fins de 1999. Várias entidades ambientalistas capixabas, como a Associação Amigos do Rio Piraquê-açu – AMIP, a Organização Consciência Ambiental – ORCA, a Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente – ACAPEMA, junto Associação das Empresas de Turismo de Aracruz – AETA, uniram-se às entidades do movimento popular e às comunidades indígenas da região para exigir o fim do licenciamento e a criação de uma Unidade de Conservação na região para proteção integral e definitiva. Inicialmente o movimento entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal.

Fotos: Arquivo AMIP



A área pertencente aos índios Tupiniquins e Guaranis, transformada em reserva ecológica em 1986, foi ameaçada por empresas que queriam explorar o banco de algas calcárias do manguezal

ambiental de toda a humanidade está seriamente ameaçado por empresários de mineração que pretendem extrair do fundo costeiro, através de dragagem, milhares de toneladas de calcário coralíneo que a natureza acumulou por milhões de anos na região conhecida como banco de algas calcárias de Santa Cruz. Esses depósitos são formados principalmente por algas calcárias (plantas importantíssimas na fixação do carbono que as matérias orgânicas – esgotos, resíduos trazidos pelos rios, etc. – liberam no mar e na produção de oxigênio) e por restos de conchas e esqueletos de animais marinhos. Por isso, o banco de algas calcárias de Santa Cruz, o maior banco dessas algas do mundo (84% do que existe no litoral brasileiro está no litoral

Thotham Industrial Ltda. Contando com apoio da Prefeitura Municipal de Aracruz, a Thotham conseguiu alvará para pesquisa mineral junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral no início de 2000, pretendendo dragar 600 mil toneladas de algas calcárias por ano para abastecer seus moinhos como matéria-prima para a produção de fertilizantes calcários. Obteve também licenciamento da Secretaria de Estado para

Mesmo sendo reserva ecológica, parte da área foi desmatada ilegalmente



300

Fotos: Arquivo AMIP

A ação civil pública foi instruída com laudos técnico-científicos que descrevem os impactos negativos e atestam a incompatibilidade da atividade com a área onde a mineradora pretendia atuar. Rapidamente a população capixaba passou a ser informada constantemente através da mídia local, que era abastecida com as informações técnicas produzidas e participava dos atos públicos de protesto e denúncia que ocorreram ao longo do ano de 2000.

Finalmente, após muita pressão tanto em Brasília como em Vitória, o IBAMA-ES criou um grupo técnico para analisar a AIA - Avaliação de Impacto Ambiental preparada pela empresa Cepemar para a Thotham. O parecer oficial do IBAMA reconheceu que a atividade industrial proposta ameaçava o meio ambiente, sendo contrário ao licenciamento.

Essa posição foi também reforçada pela população local que compareceu em massa à Audiência Pública realizada em julho de 2001, deixando claro sua oposição à instalação da empresa. Finalmente, diante de tantas evidências técnicas e científicas e da oposição popular organizada o IBAMA-Brasília negou a licença à Thotham e a FUNAI reconheceu o direito dos índios sobre o terreno doado ilegalmente à empresa.



Na região do rio Piraquê-açu está localizado o maior banco de algas calcárias do mundo, um ecossistema de grande biodiversidade

No momento, as entidades organizadas formulam junto com o IBAMA-ES um projeto para a criação do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz, visando não só coibir novos ataques de grupos empresariais aos recursos marinhos de importância ecológica e ambiental, como também criar condições para a melhoria das condições de vida das comunidades carentes da região através do incentivo ao turismo, tal como já ocorreu em Abrolhos e Fernando de Noronha.

Em Santa Cruz todos constataram que a busca desenfreada do lucro empresarial

e o interesse dos políticos pelo poder são elementos poderosos que ameaçam a natureza e a vida das pequenas comunidades. Para todos está claro que somente o interesse dos cidadãos e a participação popular organizada são capazes de criar políticas públicas de proteção ao meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida. E vale a pena lutar por isso!

Luiz Cláudio Ribeiro
Professor da UFES e coordenador de
Comunicação da AMIP
Associação Amigos do Rio Piraquê-açu
sombradoscamaras@terra.com.br



Representantes de órgãos de defesa do meio ambiente e das questões indígenas, junto com a comunidade local, se mobilizaram para defender a reserva ecológica do rio Piraquê-açu e Piraquê-mirim

Índia Guarani preparando a terra para plantar milho e mandioca, após a reocupação